



GT 029. Culturas populares, rituais, festas e sujeitos em performance: diversidade sexual, racial e de gênero

Rafael da Silva Noletto (Universidade Federal de Pelotas) - Coordenador/a, Hugo Menezes Neto (Universidade Federal de Pernambuco) - Coordenador/a

No campo de estudos sobre rituais, festas, culturas populares e manifestações performáticas há uma discussão consolidada sobre práticas culturais coletivas que conformam estruturas rituais, sociabilidades festivas e pertencimentos identitários. Com muita frequência, entretanto, as abordagens privilegiam a análise de certas manifestações culturais em sua totalidade performática, invisibilizando processos de subjetivação dos sujeitos que as integram. Em detrimento do debate sobre como os sujeitos produzem suas manifestações artísticas-culturais, buscaremos discutir como essas manifestações produzem os seus sujeitos e, de outra perspectiva, como os referidos processos de subjetivação por vezes apontam para a subversão e agenciamento de lógicas, dinâmicas e conteúdos simbólicos da tradição. Pensando o desafio da gestão das diferenças sociais e do peso das premissas tradicionais presentes nos contextos rituais, festivos e/ou artísticos, pretendemos reunir pesquisas que discutam tais contextos na interface com os debates antropológicos sobre diversidade sexual, etnicorracial e de gênero, atentando para: os processos através dos quais as pessoas se tornam sujeitos sexualizados, racializados e generificados; e as possibilidades de mudanças de práticas rituais, festivas e/ou artísticas como efeito das atuais discussões políticas sobre a diversidade e a gestão da diferença.

Arte ingênua e sentimental: arte afro-brasileira como experiência política

Autoria: Adriana de Oliveira Silva

A imagem do Brasil como o país da democracia racial, imagem sustentada pela explicação da história nacional através do conceito de mestiçagem tem sido, sabemos, desconstruída para dar a ver outras imagens possíveis. Nesse contexto, em que medida racializar a experiência como artista (em vez empalidecê-la na mestiçagem) pode ampliar ou restringir a expressão e a produção de artistas negros no contexto brasileiro atual? Quais podem ser os sentidos de racializar a experiência como meio de debater o presente e o devir de artistas negros, e da população negra em geral? E, consequentemente, quais podem ser os sentidos de relacionar arte e política? O modo como artistas têm lançado mão (ou não) de uma herança e um devir afro-brasileiros é uma questão candente especialmente num momento em que uma parcela da sociedade brasileira escancara seu repúdio ao empoderamento negro resultante de movimentos sociais de longa duração que acabaram por resultar em políticas públicas apenas recentemente implementadas e já sob risco. O debate aqui proposto se baseia na pesquisa de doutorado com artistas contemporâneos negros em São Paulo, como Sidney Amaral, Sônia Gomes, Moisés Patrício, Lidia Lisbôa, entre outros, a partir da problemática de uma arte ingênua e sentimental, inicialmente estabelecidas pelo poeta e filósofo alemão Friedrich Schiller para pensar as possibilidades reflexivas da/na arte.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

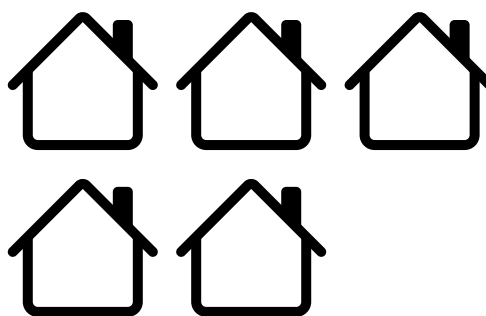
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

